



## **TURISMO E PATRIMÔNIO: SUSTENTABILIDADE E POTENCIALIDADES CULTURAIS EM SANTA CRUZ DE GOIÁS**

Liberalina Teodoro de Rezende

Sandro Dutra e Silva

**Palavras- chave:** Turismo Cultural, Patrimônio material e imaterial, Sustentabilidade

### **Introdução**

O presente trabalho é parte do projeto de pesquisa em desenvolvimento do PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO MESTRADO EM SOCIEDADE, TECNOLOGIA E MEIO AMBIENTE, do CENTRO UNIVERSITÁRIO DE ANÁPOLIS – UNIEVANGÉLICA, que visa um estudo de caso da cidade de Santa Cruz de Goiás quanto à questão de Turismo Cultural e Sustentabilidade. A cidade está situada na região da Estrada de Ferro ou Região Sudeste Goiano, na Região Centro Oeste Brasileira.

Santa Cruz de Goiás tem sua origem no período mineratório no final da década de 1720, conta com um enorme acervo documental no Museu Casa de Câmara e Cadeia, o Patrimônio arquitetônico rico e belíssimo do século XVIII, também um vastíssimo patrimônio imaterial em suas comidas típicas, tradicionais festividades religiosas, congadas, contradança, festa do peão, rodeio, etc., no jeito de ser e de relacionar de seu povo com destaque para sua tradicional Cavalcada e festas do Divino Espírito Santo marco da cultura portuguesa, que acontecem entre os meses de maio e junho e que é visitada por centenas de turistas todo ano.

A cidade possui um patrimônio natural composto por belíssimas paisagens entre serras e planícies com vegetação do bioma cerrado, cachoeiras, lagoas, rio, riachos e córregos, trilhas ecológicas, espaços para prática de rapel, moto Cross, e outros. Além dessas características mencionadas desse município, destacamos a relação com a Estrada de Ferro e com o Museu ferroviário de Pires do Rio, que é um referencial da cultura regional, que permite estudos relacionados com a história da região, lembrando em tempo que Pires do Rio é um centro comercial com destaque para esses pequenos municípios do seu entorno.

Esta pesquisa se justifica considerando a relevância dos levantamentos a serem feitos e as potencialidades do conhecimento científico em reverter-se em políticas públicas, como por exemplo, políticas de melhoria da infraestrutura e do desenvolvimento sustentável.

Tem como objetivo geral: identificar as potencialidades de desenvolvimento turístico na região da Estrada de Ferro em Goiás com enfoque na discussão entre sustentabilidade e patrimônio (material e imaterial), baseando-se em estudo de caso no município de Santa Cruz de Goiás.

E como específicos: Identificar quais as potencialidades do patrimônio material arquitetônico que caracterizam a cidade de Santa Cruz de Goiás, bem como as potencialidades da cultura imaterial, presentes em suas festividades e comemorações; Identificar as potencialidades do patrimônio imaterial de Santa Cruz de Goiás caracterizado nas festividades religiosas e seus desdobramentos culturais; Investigar a forma como os municípios, por meio da gestão municipal e dos órgãos administrativos, tem trabalhado com a gestão do patrimônio, meio ambiente e turismo.

## **Desenvolvimento**

De acordo com Dias (2006, p. 67) patrimônio cultural atualmente é considerado, “[...] um conjunto de bens materiais e não materiais, que foram legados pelos nossos antepassados e que, em uma perspectiva de sustentabilidade, deverão ser transmitido aos nossos descendentes, acrescidos de novos conteúdos e de novos significados [...]”. O patrimônio cultural de Santa Cruz de Goiás, a primeira vista, pode apresentar um conjunto de atrativos e potencialidades turísticas.

Com uma rica manifestação cultural, constituída desta a origem desta localidade no século XVIII, expressa, não apenas por meio de sua arquitetura de estilo colonial, mas também por meio de suas comidas típicas, suas festividades tradicionais e religiosas, pelo jeito de ser e de relacionar do povo. Outro ponto importante refere-se aos seus arquivos históricos, iconográficos e seu acervo documental. Objeto de nossa investigação, esse trabalho tem por finalidade, apresentar as potencialidades turísticas de Santa Cruz de Goiás, com ênfase no patrimônio cultural.

Consideramos como patrimônio cultural os elementos significativos da memória de uma sociedade que reúne os elementos do meio ambiente, o saber das pessoas no



seu percurso histórico e na construção da sua cultura, enquanto produto concreto do indivíduo, resultados da sua sobrevivência ao meio ambiente. O patrimônio se faz do modo de ser das pessoas, do seu pensar, expressar, bem como do seu modo de agir e pensar do homem, nas manifestações que simbolizam seus saberes, nas suas atividades artísticas, culturais, nos valores cultuados nas cerimônias e tradições construídas de geração em geração (PELEGRINE, 2006). Dessa forma, o patrimônio se expressa tanto na cultura material como na imaterial de uma determinada sociedade, considerando o estilo das construções de suas moradias, a confecção de seus alimentos, a maneira como se comunicam, reza, festejam, seus fazeres e seus saberes.

Fundamentando-se nos princípios constitucionais brasileiros (artigos 215 e 216) o Instituto do patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, amplia a concepção de patrimônio cultural, reconhecendo a existência de bens materiais e imateriais da cultura, assim como estabelece outras formas de preservação, registros e inventários. A política de tombamento foi instituída no Brasil pelo Decreto Lei nº. 25 em 30 de novembro de 1937 e contempla, principalmente, à proteção de paisagens, edificações e conjuntos históricos urbanos (BRAYNER, 2007).

O patrimônio cultural de natureza “não material”, ou seja, “intangível” (DIAS, 2006), implica os bens que dizem respeito às práticas de domínio social que se manifestam em saberes, modo de fazer, celebrações, ofícios, formas de expressões nos lugares onde os indivíduos abrigam práticas coletivas de cultura (feiras, mercados e santuários), tradições orais, conhecimentos e outros mais. Expressa como um capital cultural reproduzido socialmente (BOURDIEU, 2001), num processo de recriação permanente em função de seu próprio meio ambiente de seu fazer histórico nessa relação com a natureza e a cultura, na formação de sentimentos indenitários.

De acordo com as definições da Unesco, o patrimônio imaterial pode ser identificado nas “práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas – como instrumentos, objetos, artefatos e lugares culturais que lhes são associados – que as comunidades, os grupos e, em alguns casos os indivíduos, reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural” (UNESCO, 1972).

Quanto ao patrimônio cultural material, o (IPHAN, 1976) considera um conjunto de bens culturais, de natureza distinta que consta nos Livros do Tombo (arqueológico,

paisagístico e etnográfico; histórico; belas artes; e das artes aplicadas), divididos em bens imóveis (núcleos urbanos, sítios arqueológicos e paisagísticos e bens individuais) e bens móveis (coleções arqueológicas, acervos museológicos, documentais, bibliográficos, arquivísticos, videográficos, fotográficos e cinematográficos).

Segundo Reinaldo Dias (2006),

O patrimônio cultural material – ou tangível – está constituído por: construções antigas, ferramentas, objetos pessoais, vestimentas, museus, cidades históricas, patrimônio arqueológico e paleontológico, jardins, edifícios militares e religiosos, cerâmica, esculturas, monumentos, documentos, instrumentos musicais e outros objetos que representam a capacidade de adaptação do ser humano ao seu meio ambiente e a forma de organização da vida social, política e cultural. (p. 68).

Para Peregrini (2006), o patrimônio cultural se constitui na dialética do homem com seu meio, da comunidade com seu território. Embora para muitos ele se constitua de objetos do passado que são reconhecidos de modo oficial, é constituído por bens simbólicos que reporta o indivíduo ao seu passado, a tudo que lhe é atribuído enquanto legado de sua cultura (material ou imaterial).

Desse modo verifica-se que (DIAS, 2006), o patrimônio cultural se faz por uma construção social e cultural, pela concretude de vivência de uma comunidade, de um povo, uma nação. Uma legitimação simbólica social e cultural que conferem aos objetos, valores, de sentimento coletivo de identidade, uma representação simbólica de identidade. Reconhecendo os símbolos como transmissores de cultura que mantem a conexão do homem com um passado mediado pelas necessidades do presente.

Contudo ao tratar das políticas patrimoniais no Brasil pretende-se analisar tanto os impasses causados em relação às primeiras providencias quanto às realizações que refletem nos dias de hoje. De modo que Funari e Pelegrine (2009) dizem, “Em nosso país, as políticas voltadas para a área cultural, particularmente aquelas referentes à proteção patrimonial, têm oscilado entre concepções e diretrizes nem sempre transparentes.” É uma ambiguidade no trato em relação ao patrimônio cultural que acaba por instigar a que se pesquise essa temática.

Santa Cruz de Goiás objetos de estudo desta pesquisa, desponta com o turismo cultural material e imaterial, teve sua fundação marcada pelo período aurífero em



1729, conta com um significativo acervo documental no Museu Casa de Câmara e Cadeia, o Patrimônio arquitetônico rico e belíssimo do século XVIII, também um vastíssimo patrimônio imaterial em suas comidas típicas, tradicionais festividades religiosas, congadas, contradança, folias de Reis, Divino Espírito Santo e de São Sebastião, o batuque e a Cavalhada, também no jeito de ser e de relacionar de seu povo.

Esse município que será estudado se destaca pela sua paisagens e sua beleza natural, com sua rica vegetação de cerrado e matas, córregos e riachos com pequenas cachoeiras, trilhas ecológicas que são na maioria das vezes realizadas atividades e passeios de forma interativa e intermunicipais. Além das características mencionadas desse município, destacamos a relação com a Estrada de Ferro, com o Museu Ferroviário de Pires do Rio que é um referencial para o estudo desta região, lembrando que Pires do Rio é um centro comercial com destaque para esses pequenos municípios do seu entorno.

O turismo tem percorrido um caminho desde sua origem até chegar aos dias de hoje desencadeando novas propostas e novas modalidades buscando o aproveitamento máximo das potencialidades naturais, arquitetônicas e culturais das localidades transformando-as em localidades de práticas turísticas.

Além do lazer e do entretenimento, os gestores da atividade turística brasileira tem buscado construir novos produtos na oferta do turismo com a capacidade de satisfazer os diversos desejos dos consumidores, sendo variados os motivos que levam as pessoas a buscar novas paisagens e novos conhecimentos em procedimentos que tentam vislumbrar a sustentabilidade dessas regiões.

É nesse contexto que surge o Turismo Cultural como uma modalidade diferenciada numa tentativa de permitir às pessoas que através da viagem, possam conhecer e interagir de forma a estabelecer uma troca intelectual com os moradores e também com os visitantes dessas localidades visitadas.

De modo a perceber com Dias (2006) que o turismo cultural se mostra por dois aspectos de possibilidades: “ [...] pode apresentar-se como um caminho para a obtenção de fundos necessários à preservação da herança cultural e como uma ferramenta para proporcionar o desenvolvimento econômico local, regional e até mesmo nacional.” São aspectos possíveis e necessários principalmente aos pequenos municípios.

De modo que segundo Santana (1997, p. 19), “o turismo, tal como hoje o entendemos, tem sua origem na curiosidade, na transitoriedade e na busca de locais diferentes”. Sendo o homem em seu natural um ser curioso, nada mais normal que busque novidades e se delicie atraído por novas oportunidades que se fazem mediante a prática do turismo sustentável, alavancando desse modo o desenvolvimento do turismo cultural.

Portanto, nesse entendimento, a arquitetura, as comidas típicas, as festividades tradicionais e religiosas, as congadas, contradanças, o jeito de ser e de relacionar do povo santacruzano, o artesanato, músicas, danças, produções literárias, arquivos e acervos, são aspectos que integram a oferta dessa atividade na produção do saber e neste contexto nosso objeto de pesquisa é riquíssimo.

Apresenta-se o recurso cultural como atrativo turístico que tem o poder de influenciar as políticas públicas que visam à revitalização e valorização do patrimônio tanto material como imaterial, numa proposta de valorização das práticas tradicionais que devem ser mantidas, reconfiguradas e reforçadas pelas teias da memória.

Este trabalho será realizado levando em conta a pesquisa bibliográfica descritiva tendo como objeto o estudo de caso sobre Santa Cruz de Goiás em relação ao Turismo Cultural e a sustentabilidade. Usando a análise sistêmica e tendo como base a atividade turística deste município bem como a influencia para o desenvolvimento sustentável.

Embora sejam relativamente recentes os estudos sobre desenvolvimento sustentável, trata-se porém, de uma temática que ganha visibilidade e espaço não apenas no meio acadêmico como também na mídia, nos discursos políticos e em campanhas que abordam sobre educação ambiental. É fato que no meio acadêmico ocorrem muitas divergências, isso se dá pela própria complexidade que envolve uma ampla concepção de desenvolvimento sustentável, que ultrapassa a tradicional dicotomia crescimento e desenvolvimento econômico bem como o tripé sócio, econômico e ambiental, focando (SACHS, 1993) quando pontua as cinco dimensões da sustentabilidade.

Desse modo, pode-se dizer que existe uma trajetória, um corpo de discussões em andamento, ou melhor, em construção e acredita-se que este processo está tendo um reflexo direto nas percepções da população de modo muito abrangente. A cada dia, novos conceitos vão fazendo parte destas discussões e como reconhece o



ecosocioeconomista Ignacy Sachs: “embora nenhum país tenha adotado plenamente o conceito de desenvolvimento sustentável, ele é otimista quanto à inclusão do termo nas políticas públicas atuais”. (SACHS, 1993)

Nesse sentido pontua (LEFF, 1999: 113), “A emergência da questão ambiental como problema do desenvolvimento e a interdisciplinaridade como método para um conhecimento integrado são respostas complementares à crise da racionalidade da modernidade”. Podendo observar que a dinâmica do patrimônio cultural, do potencial turístico e o desenvolvimento sustentável como desenvolvimento da sociedade no seu próprio meio ambiente.

A metodologia utilizada será um estudo de caso com predominância qualitativa. Num primeiro momento, pretende-se de modo interdisciplinar de saberes, buscar, por meio de pesquisa referente à legislação, projetos, programas e políticas sociais e culturais de âmbito federal, estadual e municipal. Continuando com a pesquisa bibliográfica tendo como base a leitura teórica e conceitual sobre turismo, patrimônio e sustentabilidade.

Prossegue com a pesquisa de campo para a coleta de dados sobre a região com a utilização de diversos procedimentos metodológicos como: entrevistas, questionário semiestruturado, grupos focais, história de vida, história oral, observação participativa, dentre outros.

De acordo com Leff (1999, p. 114) “A produção sustentável emerge, assim, como novo objeto científico interdisciplinar e a educação ambiental como um instrumento para a construção da racionalidade ambiental”. A interdisciplinaridade transborda os campos do conhecimento formal científico, dando abertura a novos diálogos de saberes culturais, sendo necessário realizar uma abordagem holística com a metodologia interdisciplinar dando margem a novas aquisições no campo do conhecimento e de relações interdisciplinares ressignificando os sentidos existenciais de identidades individuais e coletivas. (LEFF, 2000).

O referencial teórico focará uma discussão interdisciplinar – Sociedade, Políticas Públicas e Meio Ambiente.

- Patrimônio Cultural: Paulo Funari e Sandra Peregrine
- Turismo Cultural: Reinaldo Dias
- Cavalhadas: Carlos Rodrigues Brandão
- Interdisciplinaridade: Enrique Leff

- Desenvolvimento Sustentável: Ignacy Sachs

Focar-se-á a sustentabilidade cultural (SACHS,1983), buscando novos processos de mudanças numa visualização da continuidade cultural, de modo a que se valorize o aproveitamento das riquezas de cada região e suas raízes.

## Considerações Finais

Considerando que estamos em fase inicial deste estudo, percebe-se que o conceito contemporâneo de Patrimônio Cultural em Dias, (2006, p.67) como “um conjunto de bens materiais e não materiais”, verificou-se que, embora tenha existido independente do turismo, esse patrimônio de Santa Cruz de Goiás composto por seus elementos materiais e imateriais vem sendo incorporados à oferta turística proposta pelo município. E também que as relações dos turistas com o patrimônio tem se estreitado principalmente com a inclusão deste como atrativo e da possibilidade de preservação dos mesmos.

Patrimônio cultural material que segundo Dias (2006, p. 68), são os bens e “objetos que representam a capacidade de adaptação do ser humano ao seu meio ambiente e a forma de organização da vida social, política e cultural.” Embora com o passar dos tempos tenha se perdido muito desse patrimônio do município, verificou-se que ainda possui um casario colonial bem conservado, que trás a mostra uma arquitetura belíssima, apesar de ter perdido muitos e outros estão em franca destruição.

Tem o Museu Casa de Câmara Cadeia (tombado pelo município) e seu acervo documental, iconográfico e de vestimentas e objetos relacionado às Cavalhadas e às Folias de Reis, do Divino Espírito Santo e de São Benedito e a Igreja Nossa Senhora do Rosário, formam um conjunto de atrativos materiais ao turista. Quanto ao patrimônio imaterial “formado por todos aqueles conhecimentos transmitidos [...]”, Dias, (2006, p. 68). Santa Cruz de Goiás tem um potencial enorme que consta do conjunto de festividades religiosas como: Folia de Reis nos primeiros dias de janeiro; Festa e celebrações de São Sebastião mais ou menos nos dias próximos a 20 de janeiro; Festa e celebrações do Divino Espírito Santo, Nossa Senhora do Rosário e São Benedito que acontecem juntas, acompanham o calendário católico de pentecostes e contam com várias atividades tais como; folias, novenas, batuques (antes da festa), missas, procissões, cavalhada e contra danças (durante a festa);



Festa de Nossa Senhora da Conceição (padroeira da cidade), em agosto. Porém o momento mais buscado pelos turistas é nos dois dias do jogo das Cavalhadas de Santa Cruz, geralmente no sábado e no domingo.

Verificou-se ainda que, essa prática turística que acontece neste município, retrata o testemunho da história, daquilo que em outros tempos tenha sido vivido e que hoje é revivido num processo de construção social, observando que cada comunidade escolhe um conjunto de bens com os quais se identificam desse modo, este município em estudo se identificou principalmente com a prática cultural referente às tradições religiosas.

Em relação às possibilidades turísticas do município e sua sustentabilidade de modo primário percebe-se que deixam a desejar no que refere à infraestrutura, somente uma pousada, poucos e pequenos restaurantes, lanchonetes e supermercados, a divulgação dos eventos fica muito regionalizada.

## Referências

BOURDIEU, Pierre. O Poder Simbólico. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

BRAYNER, Natália Guerra. Patrimônio Cultural Imaterial: Para saber mais. Brasília, DF: IPHAN, 2007.

DIAS, Reinaldo. Turismo e patrimônio cultural: recursos que acompanham o crescimento das cidades. São Paulo: Saraiva, 2006. 258p.

FUNARI, PEDRO Paulo Abreu; PEREGRINE, Sandra de Cássia Araújo. Patrimônio Histórico e Cultural. 2.ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2009.

IPHAN. Legislação Brasileira de Proteção aos Bens Culturais. Ministério da Educação e Cultura, 1976.

LEFF, Enrique. Educação ambiental e desenvolvimento sustentável. In: REIGOTA, Marcos (org.). Verde cotidiano: o meio ambiente em discussão. Rio de Janeiro: DP&A, 1999 (p. 111-1290).



\_\_\_\_\_. Complexidade, Interdisciplinaridade e saber ambiental. In: PHILIPPI JR., Arlindo. Interdisciplinaridade em ciências Ambientais: São Paulo, 2000.

\_\_\_\_\_. Ecologia, capital e cultura: racionalidade ambiental, democracia participativa e desenvolvimento sustentável. Blumenau: EDIFURB, 2000b.

PELEGRINE, Sandra. Cultura e natureza: os desafios das práticas preservacionistas na esfera do patrimônio cultural e ambiental. São Paulo: Revista Brasileira de História, vol. 26, nº. 51, p. 115-140, jan./jun. 2006.

\_\_\_\_\_. Apontamentos sobre as relações entre patrimônio, natureza e cultura na América. Revista Espaço Acadêmico Nº 63. Agosto/2006 – Mensal. ISSN 1519.6186. Ano VI.

SACHS, Ignacy. Estratégias de transição para o século XXI. In: BURSZTYN, M. Para Pensar o Desenvolvimento Sustentável. São Paulo: Brasiliense, 1993. p. 29-56.

SANTANA TALAVERA, Agustín. Turismo Cultural, Culturas Turísticas. In: Horizontes Antropológicos. Porto Alegre, v. 9, n. 20, 2003. Disponível em:

<[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S010471832003000200003&lng=pt&nrm=isso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010471832003000200003&lng=pt&nrm=isso)>. Acesso em: 15 Maio 2013.

UNESCO. Convenção para a proteção do patrimônio mundial, cultural e natural, 1972.